

Materiais vencidos, falta de manutenção e milhares sem atendimento: A situação precária da rede federal de hospitais do Rio

Materiais vencidos custaram mais de R\$ 20 milhões, enquanto orçamento dos seis hospitais federais do estado passa de R\$ 860 milhões. Mais de 18 mil pacientes estão aguardando procedimentos cirúrgicos. Fantástico entra em todos os hospitais federais do Rio de Janeiro

Do lado de fora, milhares de pacientes esperam por meses, e até anos, por um tratamento. Do lado de dentro, leitos equipados em salas trancadas a cadeado, materiais médicos vencidos e prédios sem manutenção básica de segurança.

O Fantástico entrou nas seis unidades dos hospitais federais do Rio de Janeiro, referências no atendimento de alta complexidade, como tratamento de câncer, cardiologia e transplantes. Para 2024, o orçamento passa de R\$ 862 milhões.

No ano passado, os hospitais realizaram quase 48 mil internações e cerca de 43 milhões de atendimentos ambulatoriais. Ainda assim, mais de 18 mil pacientes aguardam algum tipo de procedimento médico.

Em muitos setores dos hospitais, há aparelhos médicos quebrados, caixas de materiais vencidos ou danificados — como utensílios cirúrgicos e próteses ortopédicas, cujo valor passa dos R\$ 20 milhões.

“Com 81 anos e ter que passar por isso. É humilhante, porque eu chego na portaria me arrastando no chão, sem conseguir andar. A resposta é a mesma: ainda não tem a prótese”, relatou dona Elza, que há 10 anos espera por uma cirurgia no joelho.

A responsabilidade sobre quem deixou as próteses e materiais cirúrgicos perderem a validade ainda está sendo investigada.

Outro problema é a rede elétrica, que em muitos pontos está comprometida, colocando em risco a segurança de pacientes e funcionários.

No Hospital Federal de Bonsucesso, na Zona Norte do Rio, um laudo da empresa responsável pela manutenção da rede já apontava, em maio do ano passado, a situação crítica, com cabos subdimensionados e superaquecidos, aumentando o risco de incêndios.

A empresa recomendou não abrir mais setores no hospital para garantir que a estrutura não cedesse. Com isso, a ala da emergência está fechada há mais de três anos, sem previsão para ser reaberta.

As condições precárias podem ainda fazer chegar menos tensão do que alguns equipamentos precisam, o que significa que aparelhos de UTI, por exemplo, podem estar funcionando abaixo da capacidade ideal, ou sequer estar funcionando.

Por outro lado, a precariedade da rede elétrica potencializa o risco de outro problema: incêndios, como o que aconteceu no hospital em 2020, deixando três pessoas mortas.

“Não tem condições de funcionar nada num lugar como esse. É um risco de insalubridade e periculosidade, muito menos de um hospital. Parece uma cena de filme de terror. Aquilo não é uma negligência de curto prazo. Isso aí é um problema de longo prazo que tá aí sendo exposto agora nessas imagens muito fortes”, diz Miguel Fernández, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ).

Hoje, a unidade de Bonsucesso tem 83 leitos fechados justamente por não haver condições, da rede elétrica, de suportá-los. No Hospital Federal da Lagoa, todos os 20 quartos de semi-UTI estão lacrados com cadeados, até que haja a contratação de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Já no Hospital dos Servidores, a empresa responsável pela manutenção dos aparelhos foi contratada sem licitação e recebe quase R\$ 500 mil por mês do Hospital dos Servidores.

No começo de março, o Ministério Público Federal pediu informações ao diretor da unidade sobre o contrato.

“Uma falha de um equipamento de ar condicionado, por exemplo, pode representar um problema de infecção hospitalar. Estamos trabalhando em uma parceria com o Conselho de Medicina para fazer uma fiscalização específica, requerendo dos hospitais que tenham um profissional ou uma empresa responsável técnica por essa manutenção e operação”, disse Miguel Fernández.

Em julho de 2023, o Ministério da Saúde fez um relatório sobre os hospitais federais do Rio de Janeiro. O documento reforçou a situação de calamidade e precarização em diferentes setores.

Em todo o estado, segundo levantamento da pasta, quase 300 leitos estão fechados, cerca de 20% da capacidade total das unidades.

Por trás de todo esse cenário, há ainda uma disputa de grupos políticos pelo controle e administração desses hospitais. Disputa que resulta em uma longa lista de denúncias sobre o loteamento das unidades, com décadas de cargos cobiçados na direção dos hospitais por esses grupos, alvos de investigações sobre corrupção. Para tentar mudar a forma como os hospitais federais são administrados, o Ministério da Saúde determinou que as decisões, principalmente relacionadas a compras e contratações, sejam centralizadas no Departamento de Gestão Hospitalar, o DGH. A portaria entraria em vigor na última quarta-feira (13), mas foi adiada para 8 de abril.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, explicou que a mudança é para permitir a formação de um comitê com integrantes de várias áreas, que vão acompanhar a implementação das medidas.

O Tribunal de Contas da União, que fiscaliza as atividades dos hospitais federais no Rio de Janeiro, vai acompanhar de perto a mudança na gestão das unidades.

<https://jornalfloripa.com.br/pagina/1544759>

Veículo: Online -> Site -> Site Jornal Floripa